

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARABÁ – PA: do
caucho à ALPA**

**THE PRODUCTION OF URBAN SPACE IN MARABÁ – PA: from the rubber
period to the ALPA**

**LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO DE MARABÁ – PA: del caucho a
la ALPA**

Magno Ricardo Silva de Carvalho

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.
magno.ricardo9@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-6705-8512>

Marcus Vinicius Mariano de Souza

Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.
marcussouza@unifesspa.edu.br / <http://orcid.org/0000-0002-4674-1539>

Recebido: 09/07/2019; Aceito: 22/01/2021; Publicado: 04/04/2021.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de produção do espaço urbano de Marabá, no sudeste paraense, e sua relação com os diferentes processos políticos e, sobretudo, econômicos que a influenciou desde o início da ocupação, final do século XIX, aos mais recentes acontecimentos que contribuíram de forma mais relevante para a expansão da sua mancha urbana. Para tal, foi realizada uma breve reflexão acerca do tema, bem como uma revisão bibliográfica sobre este processo especificamente em Marabá, utilizando do trabalho de autores que dissertaram sobre a referida cidade e sua região. Foi possível compreender como e em que momento foi criado cada núcleo da cidade, bem como sob quais influências políticas e econômicas, assim como, seus respectivos momentos de expansão mais expressivos.

Palavras-chave: Marabá; Cidade; Produção do Espaço Urbano.

ABSTRACT

This work aims to analyze the production process of the urban space of Marabá, in southeastern Pará, and its relationship with the different political and, above all, economic processes that influenced it since the beginning of the occupation, at the end of the 19th century, to the most recent ones events that contributed most significantly to the expansion of its urban area. To this end, a brief reflection on the production of urban space was carried out, as well as a bibliographic review on this process specifically in Marabá, using the work of authors who spoke about that city and its region. It was possible to understand how and at what time each nucleus of the city was created, as well as under which political and economic influences, as well as its respective most expressive moments of expansion.

Keywords: Marabá; City; Production of Urban Space.

RESUMEN

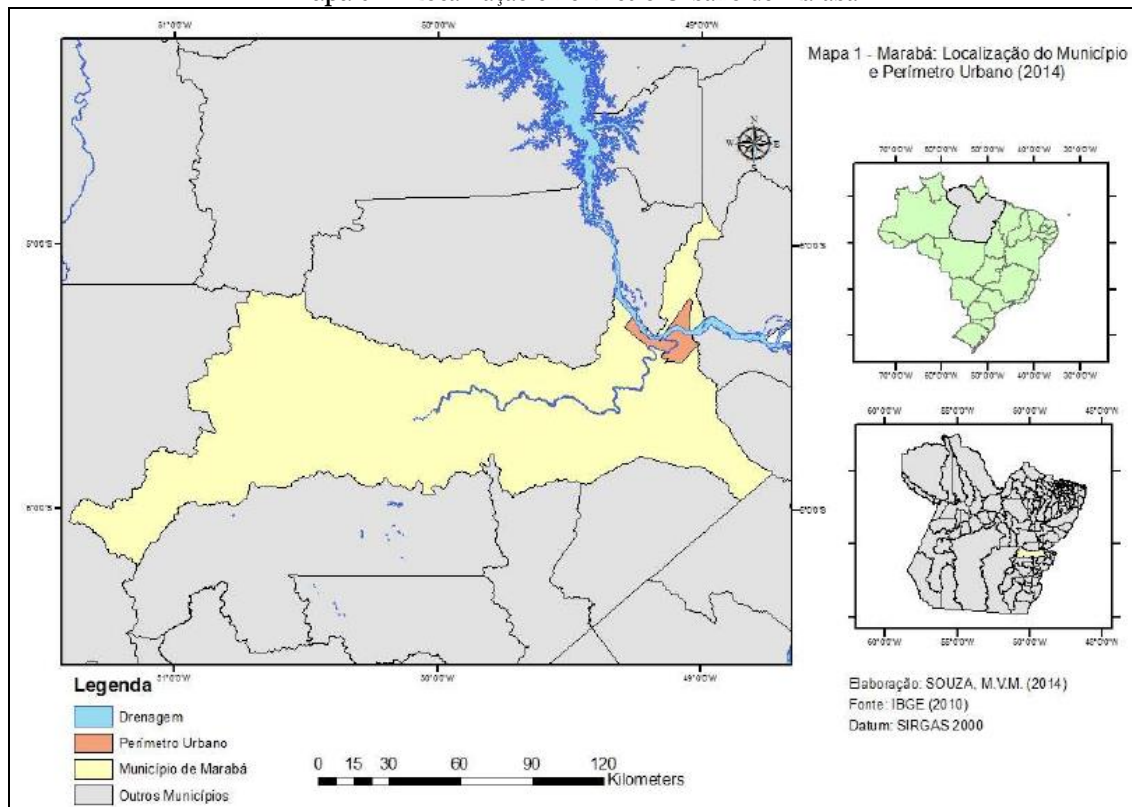
Este trabalho tiene como objetivo analizar el proceso de producción del espacio urbano de Marabá, en el sureste de Pará, y su relación con los diferentes procesos políticos y, sobre todo, económicos que influyeron en él desde el inicio de la ocupación, al final del siglo XIX, hasta los más recientes eventos que contribuyeron de manera más significativa a la expansión de su área urbana. Para ello, se realizó una breve reflexión sobre el tema, así como una revisión bibliográfica sobre este proceso específicamente en Marabá, utilizando el trabajo de autores que hablaron sobre la ciudad y su región. Se pudo comprender cómo y en qué momento se creó cada núcleo de la ciudad, así como bajo qué influencias políticas y económicas, así como sus respectivos momentos más expresivos de expansión.

Palabras clave: Marabá; Ciudad; Producción del Espacio Urbano.

INTRODUÇÃO

Marabá (Mapa 1) é uma cidade média amazônica (RIBEIRO, 2010; TRINDADE JÚNIOR et al., 2010; SOUZA, 2017), sendo a mais importante do sul e sudeste do Pará, a qual alcançou esse *status* por conta de diferentes fatores (geográficos, políticos, econômicos, históricos). Tais fatores também foram responsáveis pelas transformações no seu espaço urbano, inclusive e principalmente, o crescimento da sua mancha urbana. No intuito de contribuir para a compreensão dessa produção espacial, o presente texto versa sobre sua história desde as primeiras ocupações não-indígenas na região, no final do século XIX, até os primeiros anos do século XXI.

Mapa 01 – Localização e Perímetro Urbano de Marabá



Fonte: Souza (2015).

No entanto, não se trata de um trabalho de história. Apesar de discorrermos e recorrermos ao tempo, nosso intuito é falar, sobretudo, do espaço. Pensamos ser de suma importância que os estudos que perseguem a compreensão do espaço urbano recorram, também, à compreensão das relações no tempo.

A discussão a respeito da importância do tempo na geografia, bem como do espaço nas obras de grandes autores que influenciaram as ciências e especialmente a geografia, é necessária e profícua, mas não nos aprofundaremos. Porém, não sem lembrarmos algumas palavras de Milton Santos (2008, p. 66), referindo-se diretamente aos estudos da cidade no âmbito da ciência geográfica:

Nenhum estudo de geografia urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade [...]. Sem essa preocupação de contar como foi o seu passado, era impossível abordar esta ou aquela cidade. Hoje, porém, fazemos frequentemente uma geografia urbana que já não tem base no urbanismo. É uma pena, porque praticamente já não ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente.

Antes de iniciarmos nossa *démarche* pela história da produção do espaço urbano de Marabá, é necessário compreender o que é, de fato, a produção do espaço urbano, como ela ocorre, suas diferentes formas e os principais agentes sociais que a produzem.

BREVE REFLEXÃO ACERCA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O conceito de produção para Lefebvre possui dois sentidos: um nos mostra o processo de produção da(s) humanidade(s), o outro, a produção das coisas, ou seja, um *lato sensu*, outro *stricto sensu*. O primeiro refere-se a tudo o que é inerente ao ser humano enquanto obras, incluindo aí a religião, as artes, a ciência, a política e a filosofia; enquanto a produção no seu sentido estrito é a produção dos objetos (LEFEBVRE, 1973).

Utilizando esse entendimento do conceito de produção, podemos entender que o espaço, inclusive o urbano, é proveniente tanto do sentido mais estrito de produção, quanto do mais amplo, já que sua reprodução ocorre através da produção de mercadorias e bens básicos, necessários à existência do homem, mas, que também é produzido pela humanidade através das suas atividades, convicções, ideologias, e outras necessidades surgidas a partir dos modos de vida.

No pensar lefebvreano, a cidade é o mais perfeito retrato dessa concepção do conceito de produção. Isso, segundo Sposito (2004), porque há uma unidade dessa duplicidade na cidade, pois esta é proveniente e manifestação da produção no sentido

amplo, enquanto obra que se materializa para comportar a produção no seu sentido restrito, como localização para a produção de bens e serviços. Ainda, segundo a autora,

Esta relação indissociável de um sentido da produção em relação ao outro, expressos na cidade como condição da relação e, ao mesmo tempo, sua tradução, permite destacar a reflexão da cidade como materialização concreta do processo de urbanização, e, por conseguinte, da própria história... (SPOSITO, 2004, p. 50).

Ou seja, cada momento histórico da cidade colabora de alguma maneira com a produção e a materialidade do espaço urbano na contemporaneidade, de acordo com processos contemporâneos de produção desse espaço, que contribuem para a sua reprodução no presente e no futuro. Compreender a relação dialética entre produção e reprodução do espaço urbano, portanto, requer a compreensão de que a cidade é produto histórico, ao passo que também é uma construção do, e no, presente através da produção e reprodução dos seres humanos. Isso porque a urbe constrói-se no cotidiano dos indivíduos e grupos sociais, e mostra-se na paisagem como forma de ocupação de determinado espaço, em determinado tempo.

Para alcançarmos uma melhor compreensão da produção do espaço urbano, recorreremos à afirmação de Carlos (2011) de que o espaço é, além de produto, meio e condição da reprodução social. A cidade, sendo produto social e representação do espaço, efetiva-se enquanto condição geral da produção, pois é o *locus* da própria produção, de sua circulação, e de tudo mais que está imbricado nesse processo. Também é, sobretudo sob o prisma do cidadão, meio para esta reprodução, pois, é onde concentra a habitação e todos os fatores e implicações referentes ao habitar na sociedade atual, como equipamentos urbanos, comércio, lazer, cultura, entre outros, ou seja, o consumo (CARLOS, 2008).

Ainda segundo Carlos (2011), a inserção do espaço urbano no modo de produção capitalista transforma-o em mercadoria, sendo imposto sobre ele o valor de troca ao invés do valor de uso, inserindo-o na lógica da acumulação, colocando sob o domínio do capitalismo o uso do espaço que, como já dito, é condição e meio da realização da vida e da sua própria reprodução, e essa produção do espaço agora como propriedade privada, vem a ser o fator principal dos conflitos por terra no espaço urbano.

Este, por sua vez, reproduz-se através dessa perspectiva capitalista, recriando constantemente as condições para a reprodução do capital, já que a cidade congrega os meios de produção e as pessoas, e é onde ocorre a divisão econômica, social e espacial do trabalho (CARLOS, 2008). Sob essa lógica do valor de troca do espaço sobreposto ao valor de uso, as cidades brasileiras se transformaram, como afirma Sposito (2004), em

verdadeiros espaços de consumo para a produção capitalista de bens e serviços, fazendo também com que a própria cidade passe a ser mercadoria, portanto, passível de ser consumida mediante as imposições da lógica capitalista, sendo criados vários meios para a valorização desta mercadoria.

Isso ocorre porque “o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORRÊA, 1989, p. 11), e estando estes agentes, em sua maioria, a serviço da lógica capitalista, o espaço cidadão passa a ser mercantilizado, visando não o seu valor de uso, a habitação enquanto necessidade básica do ser humano, mas sim, enquanto mercadoria.

Essa produção da cidade ocorre, segundo De La Mora (2010), a partir de quatro formas: a produção empresarial, comandada pelo mercado e tendo como base a constante busca pelo lucro; a produção estatal, que segundo o autor é parecida com a anterior, mas é financiada por bancos estatais, pelas políticas urbanas e de habitação e também pela população, que constituindo uma demanda solvável, podem usufruir desta forma de produção. As duas últimas são: a produção social e a espontânea do *habitat*, entendendo essa social como “a síntese dialética das modalidades estatal e espontânea” (DE LA MORA, 2010, p. 399), pois, se trata da ação combinada entre comunidade e poder público. Já a espontânea é produzida por indivíduos que não conseguem acessar as outras formas de aquisição da terra urbana e da habitação.

Agora que temos elucidado, através das contribuições dos autores, como ocorre essa produção do espaço urbano, podemos falar especificamente de Marabá.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARABÁ

Data de 1653, dirigida pelo padre português Antônio Vieira, a primeira expedição a alcançar o sítio onde hoje é localizada a cidade de Marabá-PA, pois, alcançou a foz do rio Itacaiúnas. No entanto, só em 1895 a localidade foi ocupada por Carlos Gomes Leitão, com a finalidade de estabelecer um burgo agrícola, onde, juntamente com algumas famílias vindas de Goiás pretendiam permanecer e desenvolver agricultura e pecuária. Entretanto, Leitão não contava com as condições da área, nada favoráveis por serem sujeitas às cheias, assim sendo, mudaram-se para 18 quilômetros rio abaixo. Mais tarde, em 1898, Francisco Coelho inaugurou um barracão neste sítio, à margem direita do Itacaiúnas, na proximidade da confluência com o Tocantins. Francisco Coelho foi seguido por outros comerciantes,

motivados, principalmente, pelas riquezas do entorno do Itacaiúnas, sobretudo, o caucho¹, mas também fugindo de conflitos no norte do Goiás (região do atual estado do Tocantins), e assim promoveram o surgimento do povoado, tendo desde seu início o comércio como foco, pois sua localização era estratégica para o escoamento da produção (VELHO, 1981).

Por conta de tal localização, à beira dos rios, as casas eram palhoças, que submergiam nas cheias e emergiam no baixar das águas e, pelo fato de serem sazonais, não havia uma preocupação em melhorar tais construções, porém, devido à crescente importância da localidade, posteriormente, foram construindo melhores edificações, mais afastadas das margens dos rios e aos poucos constituindo uma pequena cidade. Mas, nessas escapavam das cheias quando mais intensas (as primeiras grandes cheias foram registradas em 1906, 1926, e 1947) o que já no início da formação urbana, fazia com que cogitassem transferir a cidade para outro sítio, mais alto e mais afastado dos rios (VELHO, 1981).

Acontece que, mesmo que fosse cogitada a ideia de mudar a cidade para outro sítio, sua localização extremamente estratégica ao extrativismo não permitia que isso ocorresse. Aliás, foi o extrativismo que atraiu o contingente inicial para que a localidade se consolidasse enquanto cidade, apresentando já nos primeiros anos do século XX algum crescimento urbano, que viria a ser a gênese do que é a singular configuração urbana de Marabá. Como afirma Almeida (2008, p. 34):

Milhares de migrantes foram atraídos para o extrativismo nas terras pertencentes ao município de Marabá [...] O interesse pelas duas atividades se impôs e promoveu adaptações por parte das populações locais às adversidades naturais, principalmente ao construir uma cidade em um local inadequado como o pontal.

Almeida (2008) fala em duas atividades, pois, refere-se à coleta e exportação da castanha-do-pará, atividade que teve início ainda durante a exploração do caucho, e que se manteve durante bastante tempo. O autor também cita os migrantes, atrelando-os a atividade econômica predominante na época, e devemos dispensar bastante atenção a isto, haja vista, que o migrante é um personagem importantíssimo na história da construção do espaço urbano dessa cidade.

O extrativismo vegetal enquanto fator determinante no surgimento e crescimento da mancha urbana de Marabá

¹ A Castilla Ulei Warb ou caucho como é vulgarmente conhecida, é uma árvore produtora de látex, assim como a seringueira (*Hevea Brasiliensis*), porém de qualidade inferior.

A história de Marabá, ou, mais especificamente, da sua economia é marcada por alguns “ciclos”, ou melhor, por períodos de predomínio de determinada atividade econômica, que vão, em seus respectivos tempos, influenciar de maneira direta os fluxos migratórios para a região, principalmente, para o município, o que conseqüentemente, veio a exercer influência de forma significativa, e em determinados momentos, abrupta, na morfologia da cidade.

Em 1913, mediante pressões dos comerciantes locais que reivindicavam perante o governo do Pará que a região fosse incorporada a Goiás, alegando ter Marabá mais vínculo com esse estado que com o próprio Pará, o povoado ganha autonomia municipal, com território desmembrado de São João do Araguaia (VELHO, 1981). Utilizaremos este marco histórico da emancipação político-administrativa para simbolizar o início do primeiro dos ciclos econômicos; o ciclo da borracha, que finda em 1920. A escolha de tal recorte temporal atribui-se ao fato de Marabá, nesse período, já começar a possuir o *status* de centro comercial, demonstrando notável significância enquanto eixo de produção de novas espacialidades (TRINDADE JR. et al., 2010), resultando, nessa fase, no que PNUMA² et al. (2010, p. 34) afirmam ter sido a “primeira significativa imigração, alterando o uso territorial, com uma ocupação a área oeste da hoje chamada Marabá Pioneira”.

As duas primeiras décadas do século XX configurou momento de intensas transformações no âmbito do processo de produção do espaço regional amazônico, face às novas dinâmicas empreendidas pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, a expansão da demanda internacional pela borracha (*hevea Brasiliensis*) contribuiu decisivamente para o dinamismo econômico e demográfico de algumas cidades amazônicas [...] O “boom” da demanda por borracha nos mercados internacionais, o elevado preço que este produto alcançou nos mesmos mercados, associado à relativa abundância de borracha em áreas do território amazônico, são fatores que contribuíram para a dinamização das atividades de extração e comercialização da borracha [...](RODRIGUES, 2010, p. 56).

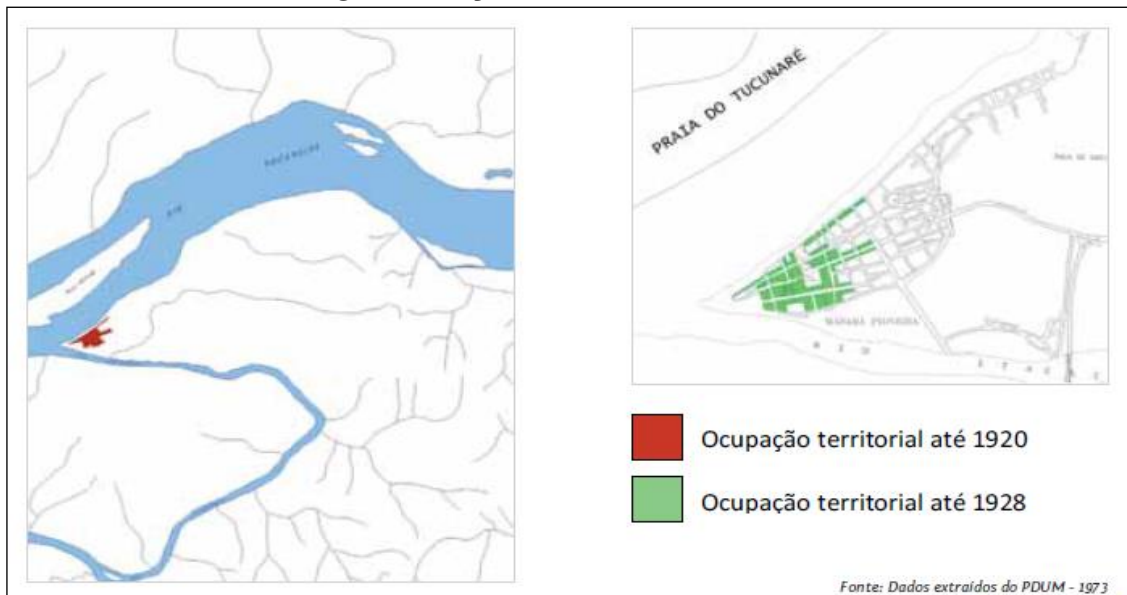
Marabá estava inserida nesse contexto, sendo um dos principais municípios fornecedores/exportadores de látex. A exportação do caucho nesse ano (1913) foi de 327.900 kg e nessa mesma época começa a cair o preço da borracha, oito anos depois (1921) a exportação foi de 92.000kg, e poucas décadas depois já nem sequer era registrada a exportação de caucho na região (VELHO, 1981).

Segundo Velho (1981), com o ciclo da borracha encerrado, a economia da cidade é levada a outro, o da castanha-do-pará, supramencionado. O fruto que há muito já era consumido e até exportado em pequenas quantidades, e que teve em 1913 uma produção de apenas 20 hectolitros, em 1921 já alcançara a marca de 27.965 hectolitros produzidos,

² PNUMA - é a sigla de Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

ficando atrás apenas do município de Óbidos em toda a Amazônia na produção de castanha. No final da década o governo já considerava Marabá como o maior exportador de castanha do estado, nessa mesma época (1928), a cidade inicia um processo de reconstrução e melhoria urbana, que motivado por uma grande cheia que ocorrera dois anos antes, vem demonstrar, por questões econômicas, a aceitação de se conviver e lidar com os periódicos aluviões.

Figura 01 – Expansão urbana até 1920 e até 1928



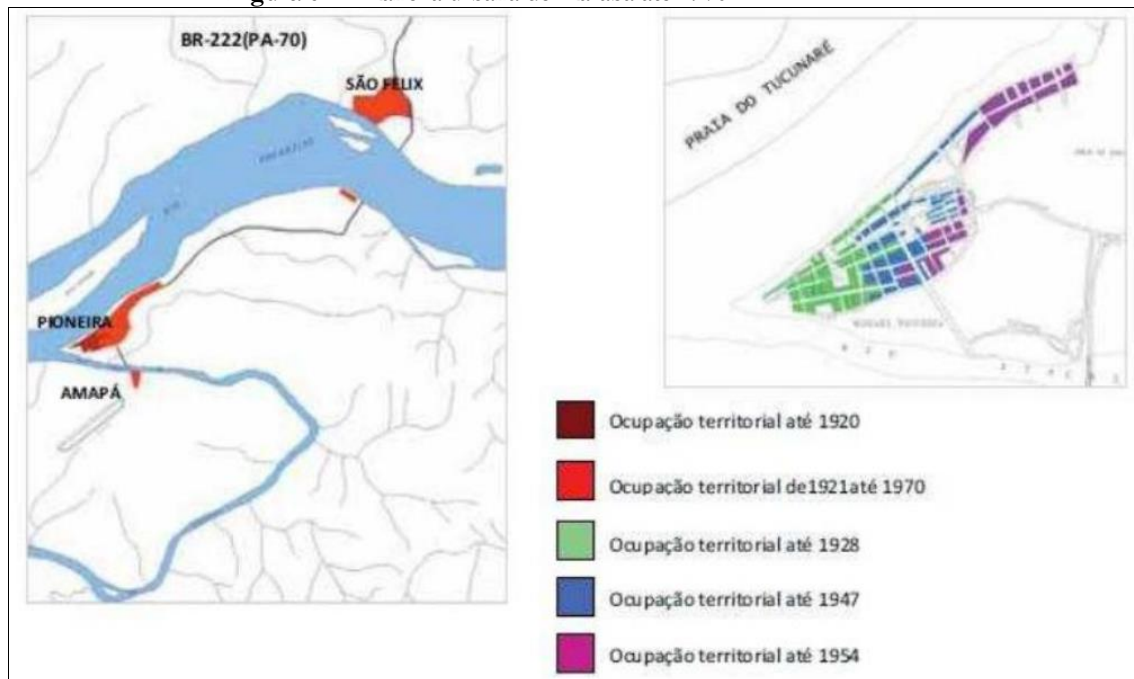
Fonte: PNUMA et al. (2010).

O referido período consistiu na construção de novas vias e asfaltamento das ruas principais, construção de prédios públicos para equipamentos urbanos como escolas e hospitais, além de prédios comerciais e residenciais. Outra construção importante, realizada em 1937, foi o aeródromo, obra que estimulou o advento do bairro Amapá, do outro lado do rio Itacaiúnas, expandindo novamente de forma significativa a área urbana do município (PNUMA et al, 2010).

Em 1939 o diamante nas proximidades de Marabá vem a ser outro atrativo populacional. Dados de 1950 apontam uma população de 11.130 habitantes, mas, o crescimento urbano mantém-se restrito aos bairros já existentes: o que viria a ser o núcleo Marabá Pioneira, expandindo-se, principalmente, pela margem esquerda do Tocantins, e o Amapá. Dez anos após, em 1960, o município conta com uma população de 14.228 habitantes. Nesse período é criado, de forma espontânea (DE LA MORA, 2010), um aglomerado de habitações que vem a ser a gênese do núcleo São Félix, na margem direita do Tocantins, assim como o Amapá, este também tinha o intuito de não mais restringir a cidade as áreas alagáveis (PNUMA et al, 2010). A figura 02, a seguir, nos mostra a mancha

urbana de Marabá no ano de 1970 e, também, a expansão do núcleo principal (que posteriormente se convencionou chamar de Velha Marabá) até meados da década de 1950, quando diminuiu sua expansão diante das limitações do relevo e hidrografia.

Figura 02 – Mancha urbana de Marabá até 1970.



Fonte: PNUMA et al. (2010).

Em 1966, após o golpe militar (1964), foi dado início à realização de um projeto de desenvolvimento para a região, por meio, principalmente, da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e do BASA (Banco da Amazônia). Tal projeto era composto por políticas que visavam, sobretudo, a integração da Amazônia ao território nacional e a sua modernização capitalista, e acabaram por transformar a estrutura produtiva da região. A economia local, como explicado, que até então tinha uma organização baseada no extrativismo vegetal, se diversifica e passa, a partir daquele momento, a ter como base a produção agropecuária e mineral, levando ao término do ciclo da castanha (TOURINHO, 1991; ALMEIDA, 2008; RIBEIRO, 2010).

Os grandes projetos na Amazônia e a produção do espaço urbano em Marabá

Atrelada a produção agropecuária havia a exploração madeireira, configurando o que PNUMA et al. (2010) classificam como ciclo pecuário e madeireiro, indo de 1970 a 1980, como podemos certificar:

A partir de 1971, o poder político e econômico das oligarquias locais que exploravam a castanha-do-pará, no município de Marabá, é reduzido com a transferência desse poder para novos grupos empresariais que passaram a explorar outras atividades, como a pecuária, baseada nos incentivos fiscais por meio da Sudam, além da exploração madeireira, que se aliava ao desmatamento, custeada pelos recursos públicos, para a formação dos pastos, iniciando-se uma nova fase do desenvolvimento econômico, que incluía o ciclo pecuário e madeireiro (PNUMA et al., 2010).

Com relação à produção mineral, Marabá passa a sofrer consequências atreladas a essa atividade econômica desde que foi descoberta a jazida ferrífera em seu território, na Serra dos Carajás, em 1967, pois, desde então intensificaram as políticas de controle do território e de acesso à região, onde, na década seguinte começaram os empreendimentos voltados para o projeto de exploração do ferro, denominado Projeto Grande Carajás, atraindo milhares de pessoas. Outra atividade mineral que exerceu grande influência, a partir de 1980, foi a descoberta de ouro na Serra Pelada, atraindo também milhares de trabalhadores do país, que mantinham relações com o centro urbano de Marabá, por ser a cidade mais próxima, e, principalmente, após o “boom” do ouro, se instalando em Marabá grande parte desses trabalhadores, o que, posteriormente, influenciou bastante na produção espontânea do espaço urbano dessa cidade (ALMEIDA, 2008).

Marabá torna-se o centro polarizador das políticas supramencionadas, principal ponto de concentração e distribuição da força de trabalho que se desloca para trabalhar nos grandes empreendimentos, além de se tornar sede para as atividades do Estado e das empresas capitalistas que passaram a explorar a região, ou seja, nesse processo, Marabá se torna um importante centro logístico e de organização do território regional (RIBEIRO, 2010), passando então a viver o que PNUMA et al. (2010) intitulam de ciclo industrial-mineral, que se perpetua até o século XXI, e coexistindo com as atividades atreladas à pecuária e exploração madeireira.

Com o advento da construção das grandes rodovias na Amazônia, as cidades ribeirinhas que tinham relativa proximidade com estas, deixaram de se relacionar com os rios de forma tão intensa e passaram a ter na rodovia sua forma de reprodução espacial, como nos mostra Souza (2015, p. 53):

A Amazônia, que até então tinha nos rios as suas principais “estradas”, começa a se redefinir a partir do traçado das rodovias, que irão atrair pessoas, já que esta era uma “terra sem homens para homens sem terra”, de acordo com o presidente Emílio Médici, como também irá atrair as empresas capitalistas que irão “integrar” a região ao restante do país e ao mercado mundial.

Isso ocorreu com Marabá com a construção da PA-70 (que liga a cidade à rodovia Belém-Brasília) e, principalmente, pouco depois, com a abertura da Transamazônica (BR-

230). A população de Marabá, que em 1960 contava com pouco mais de 14.000 habitantes, passa por um intenso processo de crescimento em função dos projetos e políticas do governo federal, e na década de 1980 chega a um total de 59.743 (EMMI, 1999).

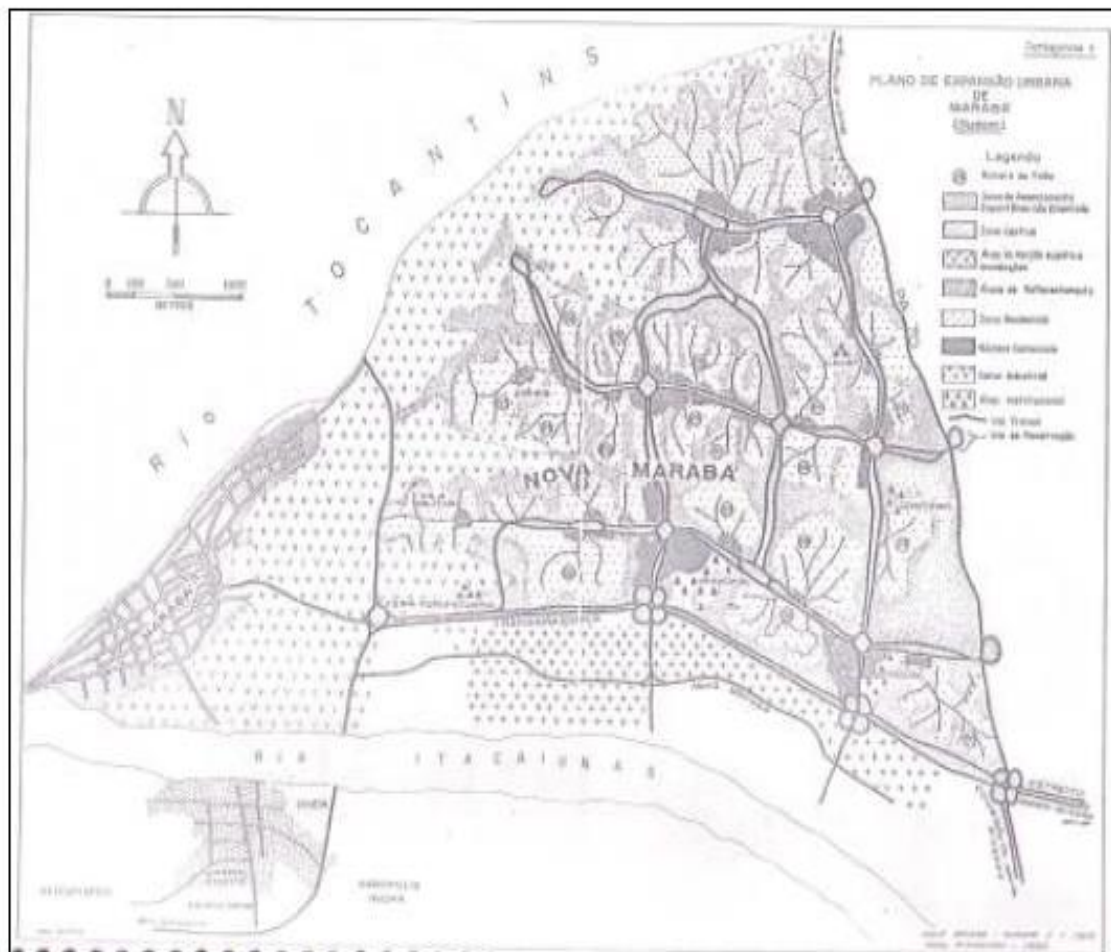
Tanto esses projetos e políticas, quanto o espantoso crescimento populacional que motivaram, levaram Marabá a passar por um processo de significativa transformação e expansão do seu tecido urbano, como expõe Trindade Jr. et al. (2010, p.19):

Com o advento das redes tecno-políticas (rede rodoviária, rede de transporte, redes elétricas, redes de comunicações, rede urbana) (BECKER, 1982; 1991), a partir da década de 1970, provenientes de intensos investimentos governamentais, o avanço do capital financeiro e industrial, bem como de outras frentes de expansão atreladas ou não a atividades econômicas como a pecuária, a extração madeireira, a agricultura camponesa etc. (HÈBETTE, 2004), contribuiu para uma nova configuração de Marabá cujas marcas se fizeram presentes notadamente na sua paisagem urbana, quando então novos núcleos, além da Velha Marabá, onde se originou a cidade, passaram a constituir a estrutura da cidade.

Marabá até a década de 1960 era constituída apenas pelo núcleo que passaria a ser chamado de Marabá Pioneira, e pelos supracitados São Félix e Amapá, e estes não apresentavam condições para a absorção dos fluxos migratórios provenientes das políticas aplicadas à região, e dos inúmeros processos e fenômenos sociais e econômicos resultantes das mesmas. Tal limitação se dava, principalmente, por conta dos rios que orlam a cidade, o que resultou na escolha de outra área no município para abrigar os migrantes e também os moradores da cidade, que no núcleo pioneiro, padeciam com as cheias. Após vários projetos elaborados pela SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) e pela SUDAM, em 1975, é criada a Nova Marabá, além de várias ocupações que surgem a partir desse período e, principalmente, na década de 1980 (SOUZA, 2015).

O núcleo Nova Marabá foi pensado com um traçado urbano um tanto quanto insólito, com formato de castanheira, onde as vias principais representavam tronco e galhos, e as “folhas” consistiam em pequenas subdivisões ou bairros menores dentro do núcleo maior. Tal planejamento foi elaborado pela empresa paulista Joaquim Guedes & Arquitetos Associados, os quais foram contratados por meio de licitação, e possuíam o Estado e seus aparelhos empenhados na criação do novo núcleo.

Figura 03 – Planta do projeto da SUDAM para a Nova Marabá



Fonte: YOSHIOKA, 1986 (apud RIBEIRO, 2010).

Ao mesmo tempo em que este núcleo ia passando a existir por meio da produção estatal, outro ia tomando forma através, principalmente, da produção espontânea, o núcleo Cidade Nova (SOUZA, 2015; TRINDADE JR. et al., 2010).

Neste, também houve planejamento estatal, através do INCRA³, criando nas proximidades do, já existente, Amapá a Agrópolis, como parte das iniciativas do Governo Federal no sentido de assentar trabalhadores atraídos para a região pelo famigerado discurso “terra sem homens para homens sem terras”, no entanto, esse bairro/assentamento planejado tornou-se apenas uma pequena parte do núcleo Cidade Nova, pois, tanto a quantidade de pessoas que chegavam de todas as partes (sobretudo, dos estados nordestinos mais próximos) foi bem maior que o esperado (por conta, entre outros motivos, da migração proveniente da extração do ouro em Serra Pelada), como o próprio INCRA não foi capaz de alcançar a meta que haviam estabelecido, não só em Marabá como ao longo das rodovias, o que desencadeou uma série de ocupações, principalmente margeando a Transamazônica (RIBEIRO, 2010; RODRIGUES, 2010).

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Trindade Jr. et al. vem reforçar o que foi explicado e nos ajuda a compreender esse processo:

Por sua vez, a constituição do Núcleo Integrado Cidade Nova [...] está relacionado inicialmente ao processo de expansão espontânea da cidade de Marabá, devido ao intenso fluxo migratório que se estabeleceu dos núcleos urbanos planejados (agrovilas, agrópolis) em direção à Marabá, diante do fracasso da política de colonização oficial empreendida pelo governo federal via INCRA, ao longo da Rodovia Transamazônica, na sub-região do Sudeste Paraense. Diante da crescente expansão que este núcleo de ocupação espontânea apresentou, bem como, em razão do intenso aumento das demandas e reivindicações sociais dos moradores deste espaço de expansão, o Núcleo Urbano Cidade Nova foi inserido no perímetro urbano da sede do Município, através da Lei nº 742, de 15 de dezembro de 1976 (IDESP, 1977). Configurava-se, assim, a cidade tripartite de que nos fala Becker (1990a), com três núcleos bem definidos e descontínuos, ainda que compondo uma só unidade urbana: a Velha Marabá ou Marabá Pioneira, a Nova Marabá e a Cidade Nova (TRINDADE JR. et al., 2010, p. 20).

Estava assim definida, a singular configuração urbana de Marabá. No entanto, cada um desses núcleos, passou por processos que lhes atribuíram características também bastante peculiares. A Nova Marabá, pensada a partir do PDUM (Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá) experimentou, sobretudo, a partir dos anos 1980, muitos processos de ocupações de terras, na grande maioria com as mesmas motivações que contribuíram para a formação do núcleo Cidade Nova. Tal plano falhou em não considerar a possibilidade das inúmeras ocupações, bem como, ao planejar um bairro que seria utilizado para que as pessoas residentes na Velha Marabá se mudassem por conta das cheias, sem ao menos consultar a população, pois, muitas pessoas até mudaram-se para o novo bairro, mas, por conta, principalmente, de seus modos de vida, com atividades atreladas diretamente aos rios⁴, acabavam retornando para o núcleo pioneiro na cidade, e muitas outras nem saíram da Marabá Pioneira.

Vale ressaltar que, o núcleo Nova Marabá não foi planejado apenas para suprir a necessidade habitacional frente às enchentes, mas também para servir ao Estado e aos grandes empreendimentos. Os fluxos migratórios não se restringiram a ocupar a Nova Marabá, atingindo também o núcleo antigo e a Cidade Nova, que passou a sofrer também influências do mercado imobiliário, sobretudo, porque grandes áreas para além da margem esquerda do Itacaiúnas estavam sob domínio de grandes latifundiários (TOURINHO, 1991; ALMEIDA, 2008).

Durante os primeiros anos do ciclo industrial, a cidade continuou a crescer enquanto centro regional, principalmente, por conta da reestruturação produtiva a que foi submetida, tornando-se importante polo siderúrgico, atrelado de forma direta às atividades

⁴ A esse respeito ver Trindade Júnior, Lima e Nunes (2012).

mineradoras do PGC (Programa Grande Carajás), e tendo outras atividades sendo desenvolvidas, especialmente, por conta deste. Tal reestruturação produtiva acabou também por ocasionar uma reestruturação urbana, sobretudo, com grandes obras como a construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins e a ponte sobre o rio Itacaiúnas, além da criação do Distrito Industrial e da, já citada, expansão dos núcleos Nova Marabá e, mais ainda, Cidade Nova.

A atividade industrial adquire mais relevância no final da década de 1980 e início da seguinte, não apenas em Marabá, mas em toda a área envolvida pelo PGC, associado às fases de transformação e beneficiamento do ferro, onde foram implantadas indústrias em algumas localidades, principalmente em Marabá e nos municípios de Açailândia e Santa Inês, ambos no Maranhão (PNUMA et al., 2010; SOUZA, 2015).

Marabá e a indústria: atração populacional e mercantilização da cidade

A COSIPAR (Companhia Siderúrgica do Pará) foi a primeira dessas indústrias a iniciar suas atividades em Marabá, no ano de 1988 e o setor industrial permaneceu ascendendo nos anos 1990 e 2000, influenciando sobremaneira no crescimento da mancha urbana, chegando em 2006, segundo Ribeiro (2010), a ter oito empresas nesse ramo de atividade na cidade, e, posteriormente, até a onze, quando, no final da década, por conta, principalmente, da crise mundial de 2008, várias destas empresas pararam suas atividades, já que nesse momento o preço do aço no mercado internacional despencou.

Durante esse período que vai de 1980 à primeira década deste século, o crescimento da mancha urbana marabaense, sobretudo, ocupações urbanas, esteve relacionado com tal atividade industrial, no entanto, com a crise e a consequente queda da produção de ferro-gusa, esperava-se que a cidade passasse por um processo de diminuição no seu crescimento urbano, e isso provavelmente ocorreria se, ainda na década passada, não tivesse sido anunciada a instalação, nesse município, da ALPA (Aços Laminados do Pará).

Trata-se do projeto de instalação de uma usina siderúrgica da Vale S.A., que além da sua própria construção, requeria a construção de um ramal ferroviário ligando a mesma à Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a concretização de um terminal fluvial às margens do rio Tocantins, o que por sua vez demandaria a criação de uma hidrovia. Para a implantação do projeto, bem como das estruturas e equipamentos ligados a este, foram anunciados mais de 16.000 empregos diretos na fase de implantação e mais de 5.000 quando operando. Tal notícia despertou grande expectativa, tornando Marabá, novamente, um centro de atração

de fluxos migratórios, o que, sem dúvida, causou efeitos na produção do espaço urbano de forma significativa (SOUZA, 2015).

Marabá passa por notórias transformações sociais após 2008, ano em que foi anunciada a instalação do empreendimento, período denominamos de “pós-ALPA”. Nesse momento, e até 2010, o município recebeu 41,5% dos migrantes que chegaram à cidade na última década, o que corresponde a 21.541 pessoas (SOUZA, 2015), denunciando que o anúncio da instalação do projeto ALPA, bem como a expectativa gerada por ele, atraíram muitos trabalhadores para a cidade. Todos estes acontecimentos desencadearam fenômenos sociais e econômicos na cidade, atrelados, principalmente, à habitação, envolvendo vários agentes produtores do espaço urbano, bem como sob as diferentes lógicas de produção.

[...] o momento é de expansão dos negócios imobiliários por todo o país, em virtude da criação do PMCMV e da relação destes com o capital imobiliário. A singularidade de Marabá está no fato de que, além dos incentivos governamentais para os investimentos no mercado imobiliário, apresentou-se para a cidade a construção de um projeto que poderia potencializar os ganhos com negócios imobiliários, já que se criou na cidade a expectativa de crescimento populacional e de investimentos, a partir da possível instalação da planta industrial da ALPA. Nesse sentido, o mercado imobiliário respondeu à expectativa, através do lançamento de diversos empreendimentos a partir de 2008, contando com a aliança entre investidores capitalizados, detentores de terras e poder público [...]. Porém, o acesso à terra urbana torna-se cada vez mais regulado por um mercado de compra e venda, o que faz com que nem todos consigam acessá-lo, sobretudo aqueles que migraram para Marabá em busca das promessas advindas da possibilidade de concretização da ALPA. De tal forma, a produção do espaço urbano marabaense, no período de análise, se dará por meio de outras lógicas, que não apenas a de mercado, como através do surgimento e ampliação das ocupações urbanas (SOUZA, 2015, p. 128).

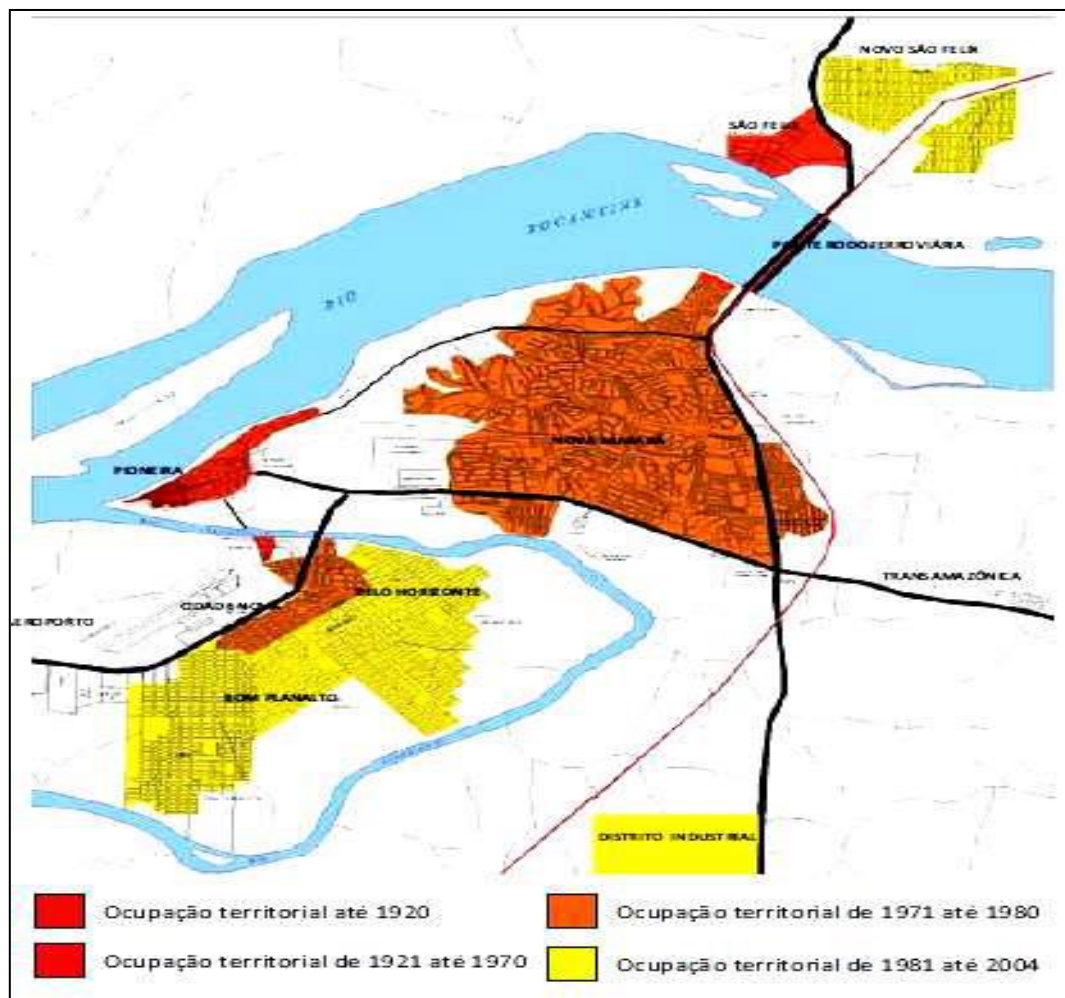
Para termos uma compreensão da importância do setor industrial para o crescimento da mancha urbana marabaense, podemos fazer uma rápida análise comparativa do período de início das atividades minero-metalúrgicas na cidade, com o crescimento demográfico e, conseqüente, evolução da mancha urbana.

Segundo PNUMA et al. (2010), em 1980 Marabá apresentava uma população de 59.915 habitantes, já sob influência da mineração, que naquele momento tinha como expoente máximo na região a extração de ouro em Serra Pelada, mesmo que ainda no início. O PGC é implantado no ano seguinte (1981), e em 1991 já com a produção industrial consolidada e em expansão, a população do município era de 123.668 pessoas, com total de 102.364 residentes na sede. Tourinho (1991, apud SOUZA, 2015, p. 113), associa não apenas o crescimento demográfico, como também o fato da grande maioria se direcionar a sede do município à mineração e suas atividades complementares:

[...] a baixa capacidade de geração de empregos e a alta seletividade destes, fizeram com que boa parte dos fluxos migratórios destinados a Marabá fossem absorvidos pela sede municipal. Alia-se a isto o fato de, até 1986, ser proibido o ingresso de mulheres na área do garimpo de Serra Pelada, o que levou ao estabelecimento das famílias de garimpeiros em Marabá, aumentando a demanda por lotes, serviços e equipamentos existentes naquele momento.

Em 2000, o IBGE já apontava, através do censo, uma população de mais de 168.000 habitantes e, conseqüentemente, tal crescimento populacional traduziu-se em expansão urbana.

Figura 04 – Expansão urbana até 2004



Fonte: PNUMA et al. (2010).

Uma das áreas de maior crescimento, a partir das atividades mineradoras na região, período de 1981 até 2004, como pode ser visto na Figura 4, foi o núcleo Cidade Nova, seguido do núcleo São Félix, ambos principalmente a partir da produção espontânea, além da criação do Distrito Industrial. No entanto, após esse período, não apenas os núcleos Cidade Nova e São Félix foram tidos como vetores de expansão urbana, mas, como já mencionado, também o núcleo Nova Marabá

Rodrigues (2015) nos mostra esse crescimento físico-territorial da cidade, ou seja, a expansão da mancha urbana, em Km², e o faz de acordo com alguns períodos vividos pela cidade, períodos estes que coincidem com o que nós e PNUMA et al. (2010) chamamos de ciclos, e que acompanham de forma coerente, em termos de crescimento da extensão territorial urbana, os momentos de intensos fluxos migratórios e os respectivos acontecimentos históricos, geopolíticos e econômicos que os motivaram. A referida demonstração do crescimento urbano marabaense em Km², pode ser observada na tabela 01, a seguir.

Tabela 01 – Expansão da mancha urbana de Marabá em m² e Km²

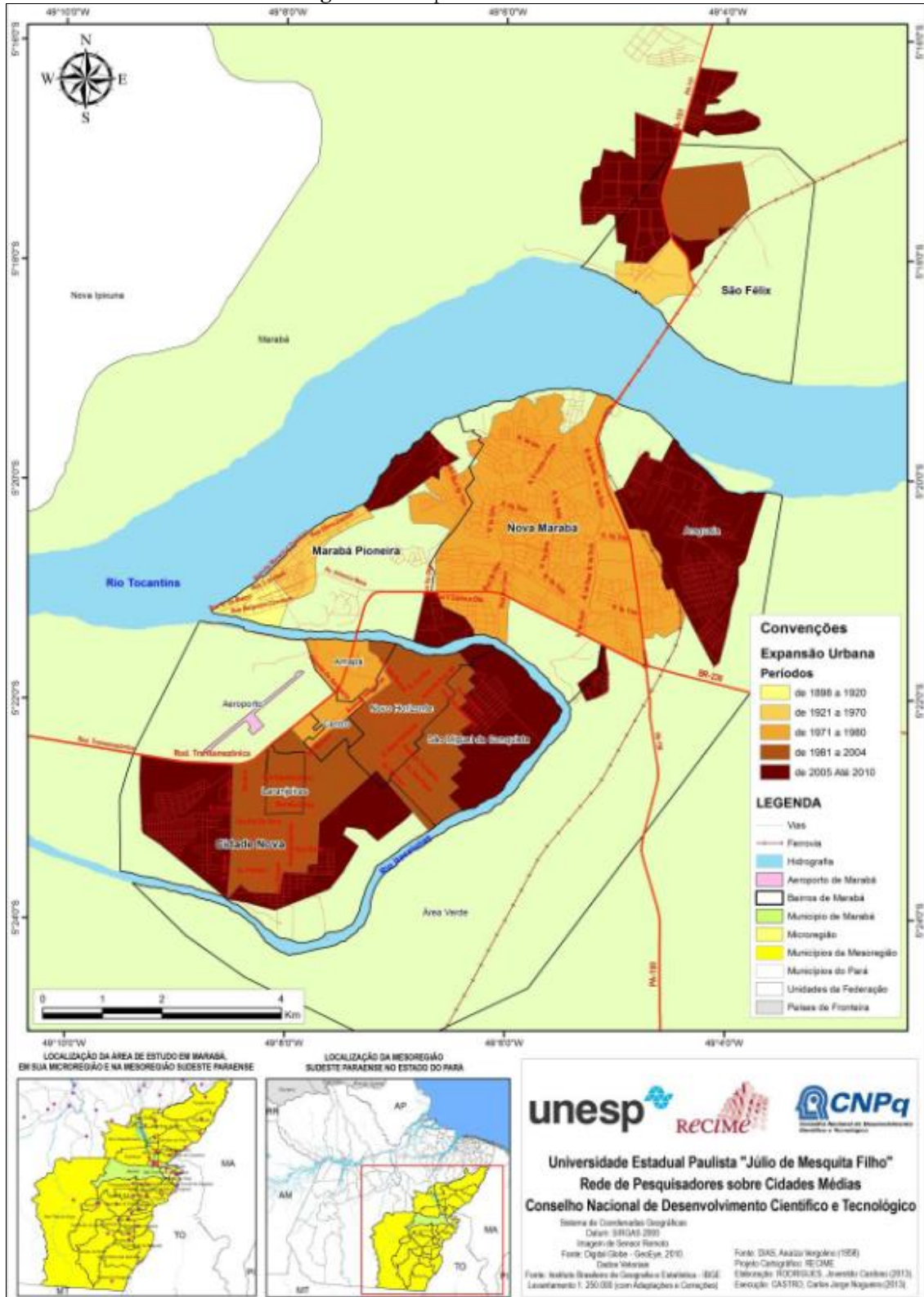
Períodos	Área Total em m²	Área total em Km²
De 1898 a 1920	630.889,31	0,63
De 1921 a 1970	1.702.861,81	1,71
De 1971 a 1980	13.307.480,42	13,31
De 1981 a 2004	9.877.361,94	9,88
De 2005 Até 2010	17.248.873,33	17,24
Total	42.767.466,81	42,77

Fonte: Rodrigues (2015).

Podemos observar que Rodrigues (2015) acrescenta um período a partir de 2005, e que na tabela vai até 2010, no entanto, de acordo com o próprio autor, este momento prossegue até 2013 e é caracterizado pelo rápido processo de expansão da mancha urbana de Marabá, desencadeado “pelo avanço acelerado de novos vetores da urbanização (avanço de agentes econômicos, crescimento populacional), da divisão territorial do trabalho” (RODRIGUES, 2015, p. 158).

O crescimento urbano de Marabá no período supramencionado, explicitado na Tabela 01 em Km² e na Figura 05 a seguir, e a afirmação de Rodrigues (2015), nos fornecem informação para refletirmos a respeito dos fenômenos socioespaciais que exerceram forças sobre o espaço urbano no município nesse intervalo de tempo, e nos possibilita associá-los aos eventos já elencados anteriormente.

Figura 05 – Expansão urbana até 2010



Fonte: Rodrigues (2015).

Observemos que o quinto período abordado por Rodrigues (2015) congrega o auge da siderurgia em Marabá, e o posterior anúncio da instalação da ALPA. Ambos fatores extremamente relevantes para a produção do espaço urbano, já que foram motivos de atrações de fluxos migratórios e, no caso da ALPA, especificamente, por ter possibilitado a

valorização do capital imobiliário e sua conseqüente reprodução espacial, através da iniciativa privada que implantou na cidade condomínios e loteamentos, sobrepondo o valor de troca da propriedade ao valor de uso, levando ao crescimento de outras formas de produção e reprodução do espaço urbano, principalmente ocupações (SOUZA, 2015).

Anterior a este período, o mercado imobiliário de Marabá, no que diz respeito ao lançamento de empreendimentos dos mais diversos tipos, era bastante incipiente. Entretanto, após a veiculação da provável instalação da ALPA, é que se pode observar a um novo momento da produção do espaço urbano desta cidade, baseada na incorporação de terras rurais ao tecido urbano (mediante, por exemplo, a expansão do perímetro urbano), lançamento e construção de empreendimentos imobiliários (notadamente, loteamentos em sua maioria). Souza (2015) identificou 32 destes produtos imobiliários aprovados pelo Conselho Gestor do Plano Diretor para serem implantados em Marabá, entre 2008 e 2014. Entretanto, com a não efetivação da ALPA, muitos desses não saíram do papel.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a produção do espaço urbano marabaense experimentava uma fase de euforia através da “produção empresarial”, a “produção espontânea”, nos termos utilizados por De La Mora (2010), volta a se fazer presente, com a atratividade que a cidade passa a exercer sobre grupos migrantes, em função das expectativas do projeto ALPA (SOUZA, 2015). Aqueles que não conseguem se inserir na lógica de mercado, acabam por buscar na ocupação, na autoconstrução e/ou na favelização a sua estratégia de (sobre)vivência na cidade (SOUZA, 2015; CARVALHO; SOUZA, 2018).

Em síntese, Rodrigues (2015) fala sobre os principais vetores de urbanização da divisão territorial do trabalho que atuaram de forma acelerada no espaço urbano dessa cidade no século XXI, e eles são: o auge da indústria siderúrgica no município, de que fala Ribeiro (2010); e a expectativa de implantação da ALPA, abordada por Souza (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o contexto histórico da produção do espaço urbano em Marabá, foi possível compreender o motivo de parte significativa da mancha urbana da cidade ser composta por assentamentos informais e loteamentos privados, pois, são resultantes das dinâmicas econômicas que perpassaram a história da região, tanto no século XX, como na história mais recente. Neste século atual, sobretudo na primeira década, momentos específicos da economia local geraram fluxos migratórios e aumento da especulação

imobiliária, fomentando a produção empresarial da habitação, ocasionando o processo de multiplicação de habitantes desprovidos da capacidade de pagar pela terra, restando a estes, as ocupações urbanas, como estratégia de reprodução social.

Assim como ocorreu em outros períodos, como durante a extração vegetal (do caucho e da castanha) e durante os “grandes projetos”, em que Marabá se tornou um importante destino migratório (em virtude do Programa Grande Carajás e, também, por conta de Serra Pelada), o último período mostrado neste trabalho, já no alvorecer do século XXI, demonstra como a expectativa criada em torno de um empreendimento siderúrgico, foi capaz de provocar (aliada, claro, a fatores de outras escalas), uma reformulação no processo de produção do espaço urbano desta cidade amazônica.

Certamente, outros fatores, relacionados ou não, aos mencionados, podem também ter influenciado nos fluxos migratórios para a cidade e no mercado imobiliário, nos respectivos momentos. No entanto, o que estamos evidenciando é que, a grande influência econômica que o auge da siderurgia causou na região, atraindo fluxos migratórios (RIBEIRO, 2010), e, posteriormente, a alteração no mercado da terra urbana e também atração populacional, causados pelo anúncio da ALPA (SOUZA, 2015), aumentaram, em seus respectivos períodos, as desigualdades sociais no espaço urbano de Marabá. Aumentou, ainda, a quantidade de pessoas impossibilitadas de habitar a partir do mercado formal, vivendo em assentamentos informais e, conseqüentemente, alterando a mancha urbana a partir da produção de diferentes espaços, principalmente as ocupações e os loteamentos privados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. J. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. 273f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008. 270 p.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CARLOS, A. F. A. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CARVALHO, M. R. S.; SOUZA, M. V. M. A produção do espaço urbano em Marabá-PA e sua relação com as ocupações urbanas: o caso do bairro Nossa senhora Aparecida. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 66, p. 116-132, 2018.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.p11-35.

DE LA MORA, L. Produção social do habitat: estratégias dos excluídos para a conquista do direito à cidade e à moradia. In: LEAL, S.; LACERDA, N. (Org.). **Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil-França**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p. 395-413.

EMMI, M. F. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião , 1973. 115 p. (Cadernos O Homem e a Sociedade).

PNUMA [et al.]. **Perspectivas para o meio ambiente urbano**: GEO Marabá. Belém-PA: PNUMA/UN-HABITAT/IBAM/ISER, 2010. 140 p.

RIBEIRO, R. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiências de Marabá no Sudeste Paraense**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, J. C. **Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais nas cidades médias Amazônicas: análise de Santarém e Marabá**. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SANTOS, M. A forma e o tempo: a história da cidade e do urbano. In: _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SOUZA, M. V. M. **O Projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA): a cidade mercadoria e as desigualdades socioespaciais**. 2015. 297 f. Tese (Tese de Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOUZA, M. V. M. Grandes projetos e transformações urbano-regionais na Amazônia Oriental: consolidação de uma cidade média e reestruturações contemporâneas a partir de Marabá/PA. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades Médias e Região** . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 245-280.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n. 54, p. 114-139, 2004.

TOURINHO, H. L. Z. **Planejamento urbano em área de fronteira econômica: o caso de Marabá**. 1991. 482 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. [et al.]. **Uma cidade média na Amazônia Oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no Sudeste Paraense.** ReCiMe, Relatório de Pesquisa, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; LIMA, M. M.; NUNES, D. A. Velha Marabá: mudanças e permanências no centro histórico de uma cidade média da Amazônia brasileira. In: FERNANDES, J. A. R.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras.** Porto e Presidente Prudente: Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), 2012. p. 255-270.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 178p.

Como citar:

ABNT

CARVALHO, M. R. S.; SOUZA, M. V. M. A produção do espaço urbano em Marabá – PA: do caucho à ALPA. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 7, e202110, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202110>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

APA

Carvalho, M. R. S., & Souza, M. V. M. A produção do espaço urbano em Marabá – PA: do caucho à ALPA. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 7, e202110. Recuperado em 04 abril, 2021, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202110>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2021, Universidade Federal do Maranhão.

